

## **Do dualismo educacional ao Projeto de vida: para problematizar aspectos do novo ensino médio**

SANTOS, Ana Livia Pereira<sup>1</sup>

SOUSA, Gislene de<sup>2</sup>

RODRIGUES, Jenny Matts Batista<sup>3</sup>

SANTOS, Renata Goveia<sup>4</sup>

SEGANTINI, Sabine<sup>5</sup>

PAIVA, Jair Miranda de<sup>6</sup>

### **Resumo:**

Este artigo busca discutir o novo ensino médio, problematizando seu histórico dualismo na educação nacional, sustentando que ainda permanece na atual reforma, cujo centro é projeto de vida no currículo. Mediante o recurso à pesquisa bibliográfica, adentramos questões relativas à educação do ensino médio, sobretudo em sua última reforma e como esse modelo se difunde sob a configuração de ação inovadora. Tais questões culminam na organização atual do Novo ensino Médio (NEM), refletindo um sistema educacional distante do proposto em legislação. Concluimos que a nova proposta do Ensino Médio negligencia conteúdos curriculares que levam à criticidade e autonomia e acentua desigualdades sociais estruturais.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio; Dualismo; Projeto de Vida.

### **Introdução**

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Pedagogia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Acadêmica de Pedagogia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

<sup>3</sup> Acadêmica de Pedagogia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

<sup>4</sup> Acadêmica de Pedagogia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

<sup>5</sup> Acadêmica de Pedagogia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

<sup>6</sup> Doutor em Educação (UFES, 2009), Docente da Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB), Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

A fim de tratar de assuntos atuais relacionados à educação faz-se mister trazer à tona o percurso histórico desta, uma vez que tem persistido um percurso repleto de altos e baixos a depender da perspectiva, daí a presente pesquisa surgiu com o intuito de investigar temáticas atuais acerca do Novo Ensino Médio (NEM) e a dualidade que assume a educação no Brasil, dentro da perspectiva do Carro-chefe do NEM, denominado Projeto de vida, tida como slogan da proposta (Alves e Oliveira, 2020). Assim, este surge dando ênfase à discussão em torno do NEM e seus desdobramentos.

Começamos por observar que a educação brasileira é marcada pela dualidade de oferta desde os primórdios de nosso sistema educacional, segundo Romanelli (1986, p. 33), para quem desde os Jesuítas educação livresca é a marca distintiva de nossa escolarização

Nesse processo, em 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, as aulas régias tomam o lugar do ensino jesuítico, termina a uniformidade de ação pedagógica e a transição entre níveis de ensino. Continua, no entanto, a dualidade educacional, que segue a sociedade escravista colonial:

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal. (Romanelli, 1973, p. 33).

Tal organização deu origem a estruturas de poder fundadas sob a autoridade sem limites de “donos de terras”, fato que faria com que a família patriarcal se tornasse um dos maiores símbolos do sistema colonial.

De tal modo, enquanto a elite possuía o livre acesso à educação escolarizada, aos “colonizados” restava uma educação religiosa direcionada para a ação de recrutamento de fiéis e servidores. Para Nascimento (2022, p. 10),

[...] Os Padres da Companhia de Jesus promoveram, em sua passagem por terras brasileiras, uma mudança que marcou o período colonial no Brasil, apresentando, como pilares de sua intervenção a catequese e a educação, em primeiro lugar com os colonos e depois com os povos aborígenes, construindo a ideia de que os Jesuítas tinham, em seu projeto inicial, o objetivo de evangelizar e ensinar como uma forma de centralizar a fé em uma única religião e formar os filhos dos colonos para auxiliar no desenvolvimento do Império Português.

Por isso, Romanelli (1986, p.41) afirma que o ensino secundário nasce de forma propedêutica e seletiva, com consequências refletidas até hoje. Para demonstrar as

evidências dessa indicação, buscamos neste texto trazer à tona fatos recentes quanto a reformulação do Novo Ensino Médio.

No século XIX, porém, aumenta a complexidade da vida colonial com a vinda da família Real Portuguesa, a Independência e o Império, surgindo uma estratificação social mais complexa, com a ascensão de uma pequena burguesia e uma camada média urbana, que eleva demanda escolar com o fito de alcançar a ascensão social. A educação se torna o lugar para “distinção” de classe e os intelectuais ainda dominam, o ensino denotando superioridade sobre a massa escrava e analfabeta (Romanelli, 1986).

No século XX, diversas reformas educacionais objetivaram adequar o ensino nacional às necessidades da industrialização, urbanização e necessidade de mão-de-obra especializada (Ghiraldelli, 2000). Destacamos a Reforma Capanema e as Leis Orgânicas do ensino, que fomentaram, até certo ponto, a organização de um sistema de educação nacional, em que pese se manter o dualismo de uma educação dirigida às massas operárias, outra dirigida às elites condutoras (Ghiraldelli, 2009).

Nesse sentido, podemos afirmar que, apenas com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, a educação se firma no Brasil, o Ensino Médio é instituído como modalidade de ensino da educação básica, porém, ao longo dos últimos anos o sistema educacional empresarial vem transformando a escola, daí a finalidade novamente é formar para o mercado de trabalho. Alves e Oliveira (2020, p. 22) afirmam que:

Sabe-se que a concepção de educação condizente com o campo econômico é aquela que prima pela formação do trabalhador e que resulta em lucro e desenvolvimento do país. Trata-se do viés utilitarista de educação, pois esta não é especialmente concebida como possibilidade de formação e de desenvolvimento humano. A educação é compreendida como meio para o alcance de determinados fins.

O Novo Ensino Médio traz como proposta, na visão de Guedes (2023), promover uma formação integral, flexível e alinhada com as demandas contemporâneas, mediante reestruturação curricular, inserindo itinerários a cargo dos discentes, sob argumento de liberdade de escolha.

Com fundamento na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta gestores escolares e professores na criação de currículos pautados em habilidades e competências, norteando os currículos nas redes de ensino em todo país em todas as modalidades de ensino, sendo elas públicas ou privadas.

O Novo Ensino Médio teve início em 2022, mas a mudança de fato no que diz respeito a carga horária está prevista para 2024, sendo imposta pela Lei nº 13.415 de 2017, modificando a carga horária de 2400 horas obrigatórias para 3000 horas obrigatórias, divididas na seguinte forma: 1800 horas para os estudos das áreas de conhecimento da BNCC e 1800 horas dedicadas aos itinerários formativos que são os estudos relacionados aos objetivos de vida e carreira (Brasil, 2017).

Releve-se que o NEM surgiu de forma autoritária, no governo interino M. Temer, que aprova no Congresso a medida provisória que não foi debatida com entidades da área, pais, movimentos de estudantes.

Como objetivamos discutir o dualismo educacional, outro fato importante a ser lembrado sobre a conjuntura atual do Ensino Médio inclui desdobramentos acerca da pandemia de COVID-19, que afetou significativamente essa etapa da educação básica em 2020, sendo que desde o mês de março daquele ano, estudantes de toda rede pública tiveram que se adaptar ao ensino remoto, o que perdurou durante dois anos seguidos. Enquanto escolas eram fechadas, a educação se viu na necessidade de transição do ensino presencial para o ensino remoto e adaptou o currículo pedagógico impactando de forma considerável a aprendizagem dos estudantes.

Para Oliveira, Dias e Almeida (2020, p. 102):

Alguns pontos preocupantes no Ensino Remoto Emergencial dizem respeito à qualidade e abrangência desse modelo, o desconhecimento das consequências afetivas e sociais na vida de professores e alunos, sobretudo nas famílias mais pobres que estariam à margem do processo de ensino remoto.

Além disso, com a aceleração da implementação de aulas remotas, o uso de plataformas de ensino virtual e disseminação de ferramentas digitais, aumentou substancialmente a desigualdade educacional. Desse modo, constata-se a formação de uma nova dualidade no ensino médio, evidenciada diante das últimas mudanças feitas no que tange a educação básica.

Destacamos, para os objetivos deste trabalho, o lugar do projeto de vida nesse contexto do NEM.

### **Reforma do ensino médio: para além da justificativa oficial**

A Lei Federal 13.415/17, de 2017, conhecida como a lei da reforma do ensino médio

brasileiro, acarretou alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9494/1996) e inseriu a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

O texto base da reforma do Ensino Médio afirma que esta mudança no currículo, estrutura e na jornada com a criação dos itinerários formativos, oferece aos jovens brasileiros a aproximação das escolas à realidade dos estudantes, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2017).

Preende atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil na medida em que possibilita aos estudantes escolher o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos.

Quando se analisa as alterações da LDB 9394/96 pela lei 13.415/17, não há a garantia de novos direitos ligados à educação que envolva os conhecimentos emancipatórios, estes por sua vez estão direcionados para o mercado de trabalho, percebe-se então que a educação é traduzida ao modo utilitarista de um olhar capitalista. Da mesma forma, segundo Nascimento (2007), na política educacional do Novo Ensino Médio, a educação passa a ter como função principal a de qualificar este aluno para o mercado de trabalho.

A questão do Ensino Médio adentrou a arena política por meio da justificativa de que o Ensino Médio no Brasil necessitava de avanços que se adaptassem às novas tecnologias e demandas do mercado de trabalho, favorecendo, com isso, melhor especialização da mão de obra e maior nível de empregabilidade dos jovens recém formados, de acordo com os relatores do modelo sugerido (Daniela, 2021).

Vários estudos sobre as reformas no Ensino Médio (Daniela, 2021; Lotta *et al* 2021; Ferreti, 2018) apontam aspectos que precisam ser discutidos em relação à dissolução de componentes curriculares, como, por exemplo, o aumento da carga horária discente na escola sem a reestruturação da infraestrutura escolar ou formação de professores específicos.

A reforma do Ensino Médio em seu contexto presente apresenta aspectos negativos quanto a dissolução de componentes curriculares, aumento da carga horária, escola sem a reestruturação da infraestrutura escolar ou formação de professores

específicos. Dessa forma, entende-se que são inúmeras as consequências que resultam em forma de reforma dentro do Novo Ensino Médio, o que pode ser um indicativo para se atentar que essa discussão ainda não terminou, pelo contrário, continua efervescente e atual.

### **Perspectivas e apontamentos acerca do Projeto de Vida no Ensino Médio**

Registrado pela primeira vez no parecer CNE/CEB nº15/1998, na definição das diretrizes curriculares para NEM, o Projeto de Vida é um termo que aparece na educação há algumas décadas, inicialmente definido com um caráter progressista e uma metodologia para educação emancipatória, entretanto, devido às tensões políticas que afetam a educação brasileira desde o impeachment de 2015, o conceito vem sendo afastado de sua primeira interpretação, ganhando uma relação com o campo econômico e sendo consolidado no contexto da reforma enquanto uma concepção vazia de significado e multívoca (Alves e Oliveira, 2020, p. 22)

O Projeto de Vida é descrito como um processo participativo e com uma perspectiva de conquistar o empoderamento social por meio da busca do conhecimento, da liberdade de expressar seus interesses futuros. Tal conhecimento adquirido pela experiência é acumulado e transmitido pela educação escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), com a Lei nº 13.415\17, que alterou o artigo 35 da Lei nº 9.394\1996, estabelece que os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um modelo voltado para a construção de um projeto de vida, pensando nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais dos estudantes (Brasil, 2017).

Alves e Oliveira (2020, p. 24) destacam que a discussão sobre projeto de vida reivindica um olhar individual e também coletivo, pois o projeto de vida é social, individual, objetivo, subjetivo. Assim, como se pode compreender esse processo sobre o qual os indivíduos fazem escolhas?

A palavra projeto remete a algo que já está pronto, elaborado com seus objetivos a serem alcançados, assim organizado para colocar em prática, entretanto, partindo para a realidade do ensino nas escolas públicas brasileiras, observa-se muitas vezes uma narrativa que não é capaz de seguir o que está posto legalmente, os direitos e deveres ficam no papel, pois falta estrutura física, formação, financiamento, enfim,

meios de colocar os planos para a educação em ação:

A política educacional do governo militar para o Ensino Médio tem uma visão utilitarista, sob inspiração da teoria do capital humano, ao pretender estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema operacional, subordinando a educação à produção (NASCIMENTO, 2007, p. 83).

Partindo do pressuposto que a subjetividade humana se estrutura a partir das experiências culturais e sociais que o indivíduo vivencia ao longo de sua vida, é impossível que as escolhas feitas ao longo da vida sejam neutras, a ciência, por si só, pressupõe aspectos culturais, contextuais e valorativos (Japiassu, 1975), ou seja, é carregada de subjetividade. Essas escolhas sempre virão carregadas de uma resposta que se consolida em questões materiais relativas à classe, raça, gênero e os demais atravessamentos sociais que constituem um sujeito.

Assim, representar o projeto de vida como sendo uma livre escolha é ignorar a interseccionalidade que afeta os estudantes do ensino médio, presumindo uma realidade homogênea em que todos têm as mesmas ferramentas para serem capazes de assumir a responsabilidade integral pelo próprio protagonismo.

Segundo Alves e Oliveira (2020, p. 25) a presunção de que a escolha do itinerário formativo e a definição do projeto de vida são as chaves para o êxito se aproxima de uma falácia.

A educação brasileira mostra no decorrer da história diversas reformas educacionais, Romanelli (1986), cita: Reforma Francisco Campos, Reforma do Ensino Superior, Reforma do Ensino Secundário, Reforma do Ensino Comercial, Reforma Universitária e a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Assim como o ensino médio, estas mudanças muitas das vezes estão direcionadas em atender, resolver as necessidades e demandas da época quanto ao estado político e econômico, como é feito desde do período colonial e enfatizado desde 64.

As mudanças que se processaram no desenvolvimento brasileiro, a contar de 1964, atingiram o setor educativo. As reformas efetuadas durante esse período visaram, teoricamente, a uma adequação maior do sistema educativo ao modelo do desenvolvimento adotado. Nesse sentido, ganhou importância a necessidade de afastar do sistema tudo quanto tivesse relação com a velha concepção de educação própria da mentalidade pré-capitalista, e os termos 'eficácia' e 'produtividade' adquiriram um conteúdo ideológico (Romanelli, 1986, p.15).

A Carta Magna de 1937 como aponta Ghiraldelli (2009) tinha a intenção de manter explícito o dualismo educacional: os ricos provieram seus estudos através do sistema

público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais [...] teriam que contar com a boa vontade dos ricos para com as caixas escolares.

A Lei nº 13.415/2017, estabelece a reforma do ensino Médio no Brasil e altera as diretrizes curriculares e a organização dessa etapa da educação básica. Dentre as diversas mudanças é possível citar a flexibilização do currículo, onde dentro do itinerário formativo oferecido pela escola, concede maior autonomia ao aluno para definir sua trajetória educacional. Dentro dessa definição o que se dissemina é que o aluno além de ter a opção de explorar suas áreas de interesse, também desenvolva competências específicas, e é aí que o Projeto de Vida ganha uma posição de destaque, uma vez que a disciplina visa essa projeção de futuro e oportuniza isso ao longo do ano letivo. Assim, o estudante pode direcionar seus estudos de acordo com o que objetiva futuramente, e isso inclui o ensino superior ou um curso profissionalizante.

Com tudo que se fala sobre escolhas acerca do futuro é importante frisar que essas escolhas precisam ser conscientes e, para isso, é imprescindível disseminar o acesso à informação e o desenvolvimento do pensamento crítico e filosófico a fim de levar a percepção da sociedade como um todo fazendo com que esses planos sejam mais conscientes. É necessário um suporte maior e melhor do que o que é ofertado atualmente tanto no quesito escola quanto sociedade em geral.

Desta feita, é importante trazer à baila assuntos como a evasão escolar, a marginalização do sujeito, a capacitação dos profissionais da educação, ações afirmativas que visem garantir a diversidade e representatividade para que haja realismo no processo de escolha e infraestrutura das escolas. Tais abordagens precisam ser revistas e repensadas antes de inferir ao aluno a responsabilidade por projetar um futuro quando seu acesso à informação é precário e limitado.

Em suma, o Projeto de Vida dentro do Novo Ensino Médio, visa essa formação personalizada e direcionada aos interesses de cada indivíduo, mas se limita a isso, em responsabilizar o aluno, dentro de uma conjuntura social tão dissonante, por seu futuro.

De acordo com Alves e Oliveira (2020, p.25),

As escolhas e as definições de um projeto de vida advêm dos elementos que

constituem o tecido social, dos pontos e contrapontos desse emaranhado societal. Assim, a supervalorização da dimensão educacional denota que o êxito escolar dos jovens de ensino médio, inclusive com desdobramentos para a vida profissional, se vincula à coerência entre o currículo proposto e seu grau de aproximação aos anseios da juventude.

Assim, a legislação estabelece flexibilização curricular, roteiros formativos, responsabiliza o aluno por escolher e fazer seu projeto de vida, confia somente à ele sua realização pessoal e profissional, mas na prática o jovem não está preparado para os desafios e escolhas no período pós-escola.

### **Considerações finais**

A partir da pesquisa feita, nota-se a continuidade da oferta de uma educação dual na reforma do Novo Ensino Médio, uma vez que está carregada de questões intrigantes como podemos constatar ao decorrer das análises. Fato é que a reforma do NEM trouxe um impacto significativo na educação básica abrindo precedentes para observar e ponderar mudanças abruptas que modificam o currículo, a rotina dos discentes e docentes.

Diante dos debates sobre a revogação do Novo Ensino Médio que vêm sendo levantados na sociedade brasileira, ao longo deste texto, foram erguidos pontos pertinentes para discussão no intuito de contextualizar o debate acerca das problemáticas e implicações deste novo modelo de ensino e aprendizagem.

A partir do debate sobre o Novo Ensino Médio, o enfoque no Projeto de Vida se faz necessário, uma vez que é o slogan principal da reforma. Porém, por meio desta pesquisa, notou-se as lacunas estruturais de desenvolvimento da proposta na prática.

Por fim, conclui-se que esta nova proposta do Ensino Médio torna mais evidente os abismos sociais, negligenciando os conteúdos curriculares que possibilitam criticidade, autonomia e formação humana, dirigindo-se no caminho para acentuar as desigualdades sociais estruturais existentes desde o período colonial, fazendo retornar a dualidade do ensino.

### **Referências**

ALMEIDA, R. S. D.; DIAS, M. L.; OLIVEIRA, C. E. Desafios do ensino remoto emergencial nas escolas públicas durante a pandemia. **Braz. J of Develop**, Curitiba, v.6, n.12, p- 102816-102821, dez.2020.

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, V. A. de. Política educacional, projeto de vida e currículo do Ensino Médio: teias e tramas formativas. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.8, 2020.

BASSI, C.; CODES, A.; ARAÚJO, H. E. **O que muda com a reforma do ensino médio**: conhecendo suas alterações, o debate e as lacunas. Brasília: Ipea, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular–BNCC. Ensino Médio**. MEC/CNE, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

\_\_\_\_\_. **Lei nº13.415/17**, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre as novas diretrizes e bases para o novo ensino médio. Brasília, Df: Diário Oficial da União, 2017.

DANIELA, Luiz Martins. **Novo Ensino Médio e desafios para uma educação integral no Brasil**: análise das contradições existentes. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Gestão de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FERRETI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v.32, n. 93, 2018.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora Manole, 2009.

GUEDES, R. **Novo ensino médio no Brasil**: possíveis impactos no ensino da geografia. Publ. Universidade Federal de Campina Grande Campus Cajazeiras, 38 folhas, 2023.

LOTTA, G. S. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública** [online], 2021.

NASCIMENTO, M. N. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. **Pub. UEPG**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, junho de 2007, p.77-87.

NASCIMENTO, D. L. do. **Os jesuítas e a educação no Brasil colônia**. Orientador: José Gerardo Vasconcelos. 2022. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 12 ed. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2011.

SILVA SANTOS, K.; BRAZ FERREIRA GONTIJO, S. Ensino Médio e Projeto de Vida: Possibilidades e Desafios. **Revista Nova Paideia**. [S. l.], v. 2, n. 1, pág. 19-34, 2020. DOI:10.36732/riep. v2i1.52.